


A palavra, o portal e a morte: Hospital Colônia Itapuã e os símbolos do isolamento

Helena Thomassim Medeiros

Doutoranda em Memória Social e Patrimônio Cultural – Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Pelotas, Rio Grande do Sul

Bolsista – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

 <https://orcid.org/0000-0001-6764-0182>

E-mail: helena_tm@outlook.com

Resumo: Neste artigo, são abordadas as imagens expressas como símbolos, percebidas no contexto de estudo sobre o Hospital Colônia Itapuã (HCI) e sua patrimonialização. Realizo pesquisas sobre este local desde 2015 e, através de uma breve imersão na teoria do imaginário — utilizando autores como Gilbert Durand, Danielle Pitta, Mircea Eliade e Paul Ricouer — analiso alguns pontos, sintetizando problemáticas observadas no processo de preservação e valorização desse espaço enquanto lugar de memória. Os pontos abordados tratam do estigma da lepra (tanto por meio da “palavra” quanto das imagens construídas histórica e socialmente), do pórtico criado para separar a ala dos doentes das demais zonas (abordado como “portal”) e do papel da patrimonialização e musealização enquanto estruturas simbólicas que remeteriam a “morte”. Por meio desses aspectos, são observadas e discutidas a ambiguidade existente nesses mecanismos de preservação.

Palavras-chave: Patrimônio; Imaginário; Lepra; Hospital Colônia Itapuã; Memorial HCI.

The word, the portal and death: Hospital Colônia Itapuã and the symbols of isolation

Abstract: In this article, the images expressed as symbols, perceived in the context of a study on the Hospital Colônia Itapuã (HCI) and its patrimonialization are approached. I have conducted research on this site since 2015 and, through a brief immersion in the imaginary theory, using authors such as Gilbert Durand, Danielle Pitta, Mircea Eliade and Paul Ricouer, I analyze of some points, synthesizing issues observed in the process of preserving and valuing this space as a memory place. The points discussed deal with the stigma of leprosy, (both through “words” and through historically and socially constructed images), the portico created to separate the sick ward from the other areas, (approached as a portal) and the role of patrimonialization and musealization, as symbolic structures that would refer to death. Through these aspects, the ambiguity existing in these preservation mechanisms is observed and discussed.

Keywords: Heritage; Imaginary; Leprosy; Hospital Colônia Itapuã; Memorial HCI.

Texto recebido em: 13/01/2023

Texto aprovado em: 10/05/2023

Introdução

O Hospital Colônia Itapuã (HCI), inaugurado em 1940, na cidade de Viamão, é o único leprosário construído no estado do Rio Grande do Sul. A edificação foi concebida nos moldes de um hospital colônia, sendo praticamente uma cidade, na qual pessoas diagnosticadas com hanseníase eram isoladas da sociedade, a fim de evitar o contágio da doença. A hanseníase, também conhecida como lepra, é uma doença milenar que acompanha a humanidade.

Durante muito tempo, foi associada ao pecado, criando-se o imaginário de que o portador estava recebendo um castigo divino. Na década de 1940, os primeiros tratamentos eficazes começaram a ser disseminados, o que causou um esvaziamento do HCI. Em 2019, o hospital ainda era utilizado para abrigar pacientes. Estes, porém, vinham transferidos gradualmente — desde 1972 — do Hospital Psiquiátrico São Pedro. Sendo também a morada daqueles que não quiseram deixar o local, mesmo após a cura da doença e o fim do internamento compulsório.

A partir de 1999, o HCI começou a passar por um processo de patrimonialização. Naquele ano, o Centro de Documentação de Pesquisa (CEDOPE) coletou depoimentos de história oral, objetos e documentos relacionados ao estabelecimento. Essas ações levaram à organização da primeira exposição sobre o hospital, no ano 2000. Desde então, já foram realizados documentários, reportagens e diversas exposições nas quais a história e/ou acervo do local estiveram representadas.

Em 2010, a Igreja Evangélica do HCI foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul (IPHAE), e, em 2014, foi inaugurado um Memorial, que visava contar a história do hospital. Dentro dessa perspectiva, sua patrimonialização busca reafirmar a importância da memória e da existência das pessoas passaram pelo HCI ao mesmo tempo que traz uma versão “final” sobre o local.

Segundo Pitta (1995), o imaginário constituiria a essência do espírito. Neste contexto, haveria *schéme* (tendência gestual), *arquétipo* (representação dos *schémes* e sua percepção enquanto ideias, representações de algo), *símbolo* (representação que transforma a ideia em algo concreto) e *mito* (relato ou tentativa de racionalizar e ordenar o mundo). Dessa forma, o imaginário teria relação com uma tentativa

humana de compreender aquilo que está além do nosso alcance, e o símbolo expressaria o imaginário — fazendo a ponte entre o consciente (razão) e o inconsciente (mundo dos sonhos).

Dentro de um espaço de memória, como o HCI, existiriam elementos simbólicos desse passado de exclusão vinculados à lepra — doença que faz parte de uma série de mitologias, crenças e valores. Considerando a imensidão de elementos que poderiam ser analisados, foram selecionadas três abordagens, compondo um conjunto de imagens que podem ser expressas como símbolos: palavra, portal e morte.

Sobre a *palavra*, analisa-se brevemente a força que o termo “lepra” tem ainda hoje, buscando elucidar ao leitor um pouco do universo trabalhado e do sistema simbólico instaurador da lepra na sociedade. Quanto ao *portal*, foi estabelecida uma conotação de passagem de um mundo para outro; dessa forma, espera-se compreender melhor a dualidade do HCI a partir de um elemento emblemático de sua arquitetura. O símbolo *morte*, aqui abordado como um ritual de transformação, traz reflexões sobre a própria limitação do patrimônio e as mudanças percebidas nas dinâmicas das visitas realizadas entre 2015 e 2019.

A partir disso, segue-se uma ordem quase cronológica sobre o HCI e a própria história da doença. Destacam-se aqui os primeiros registros e o medo da enfermidade, o tratamento vinculado à exclusão e ao isolamento, além da tentativa atual de, por meio da patrimonialização, não permitir que esses espaços sejam esquecidos.

Ao analisar o patrimônio como uma concepção contemporânea que visa a permanência de narrativas — através da percepção de identidades e memórias —, observa-se que a sociedade contemporânea busca, no passado, elementos, eleitos pelo presente, para serem transmitidos ao futuro. Este artigo tem como objetivo refletir sobre a hanseníase enquanto símbolo de um passado de exclusão, que gera, através das vidas marcadas por esses processos, patrimônios. Isso evoca uma extensa carga simbólica e, portanto, a teoria do imaginário se faz útil para sua compreensão.

No contexto desta análise, a *palavra* também é a memória transmitida através dos mitos, medos e preconceitos, o *pórtico* é o momento de ruptura, como um rito de passagem para compreender as vidas presentes no HCI, e, por sua vez, a *morte* é representada pela patrimonialização e musealização, buscando findar as

dinâmicas sociais que motivaram a criação e permanência desse espaço, além da expectativa do “além”, que é essa transposição de bem de nosso cotidiano ao “tempo sagrado”.

A palavra

Gilbert Durand (2004, p. 06) comenta que o imaginário seria “o ‘museu’ (...) de todas as imagens passadas, possíveis, produzidas e a serem produzidas”. Seguindo essa lógica, o imaginário relacionado à hanseníase vinculava-se ao seu passado, seu uso no presente e o que irá representar no futuro.

Por ser uma doença milenar que acompanha a humanidade, foi considerada uma espécie de maldição e, mesmo com a descoberta do bacilo causador da enfermidade, em 1873, ainda era considerada incurável e extremamente temida. Essas questões, associadas ao fato de que pode causar graves deformações (ainda que não letais) quando não tratada, podem ter contribuído para o medo vinculado ao quadro. Durante séculos, diversas imagens foram disseminadas sobre a lepra, o que se comprova pelo peso que o nome carrega na sociedade, além de ser visto como um símbolo de exclusão.

Contudo, a fantasia de que a doença seria um castigo divino, ou que contrai-la teria algum outro significado, pode ter relação com a falta de compreensão científica da época. Afinal, mesmo com a cura da hanseníase sendo descoberta em 1940, e seu tratamento sendo tão simples quanto o da tuberculose ainda há estigma. A simplicidade, nesse caso, pode soar como mentira; ou seja, é necessária uma boa compreensão para aceitar que algo transmitido por vias aéreas pode levar a perda de sensibilidade no corpo, cegueira, desabamento nasal, amputação, entre outras mazelas. Outro fator que explicaria a visão negativa popular poderia ser quanto aos mitos criados ao redor da enfermidade.

Considerando que “a ideia de que o nome e a essência se correspondem em uma relação intimamente necessária, que o nome não só designa, mas também é esse mesmo ser, e que contém a força do ser” (CASSIRER, 1992, p. 17). A palavra “lepra” carrega inúmeros significados, tanto é que, com a finalidade de diminuir o estigma e o medo vinculados, o nome da doença foi alterado para hanseníase¹ em 1995. Esse ocorrido foi oficializado pela Lei nº 9.010/95 (BRASIL, 1995).

Todavia, neste artigo, utilizo ambas as nomenclaturas: lepra e hanseníase. O primeiro termo remete a história de exclusão, preconceito, medo e marginalização associada ao nome, para que não seja esquecida. A segunda expressão é usada também como forma de respeito e consideração às pessoas que tiveram suas vidas marcadas por uma doença estigmatizada.

Ernst Cassirer (1992, p. 18–19) comenta que, para Max Müller (1876), “tudo o que chamamos de mito, é (...) algo condicionado e mediado pela atividade da linguagem”. Na sequência, o estudioso aponta que o outro veria a mitologia como “o poder que a linguagem exerce sobre o pensamento”. Acrescenta-se que a mitologia judaico-cristã também se relaciona intimamente com a lepra, sua percepção atual e mesmo quanto ao uso dos termos, tendo em vista que:

Encontra-se, nos capítulos 13 e 14 do Levítico, o termo hebreu *tsaraath* ou *saraath* para designar afecções impuras. Estes termos foram traduzidos como lepra em vários idiomas, sem que se possa afirmar com certeza o seu significado original. Em hebraico, significavam uma condição de pele dos indivíduos ou de suas roupas que necessitava purificação (EIDT, 2004, p. 78).

O termo hebreu *tsaraath* (ou *saraath*) seria utilizada para denominar diversas doenças de pele. Segundo Savassi (2010), originou a expressão grega *lepros*, que significaria descamação. A Igreja Católica se relaciona fortemente com essa enfermidade, posto que:

A Igreja manteve, desde os primeiros séculos, especial ‘atenção’ aos doentes. Em 314 d.C., uma reunião do Concílio regional de Ancyra declara os “leprosos” impuros de corpo e alma. Já em 325 o primeiro concílio ecumênico de Nicéia toma medidas para limitar a prática de castração entre os ‘leprosos’, revelando um procedimento brutal até então adotado para a contenção da ‘lepra’. Na mesma reunião, estabelece que toda cidade devia construir um hospital para abrigar peregrinos e viajantes necessitados, os xenodócios, embriões dos futuros Leprosários (SAVASSI, 2010, p. 31-32).

Na Idade Média, o leproso era considerado morto para a sociedade. Em alguns locais, realizava-se uma cerimônia religiosa semelhante a um funeral, na qual o doente era conduzido para longe de sua comunidade. Seus bens eram confiscados pela Igreja e ele era condenado a vagar sozinho, utilizando um sino (que avisaria sobre sua proximidade) e um cajado (para que se mantivesse à distância). Esses elementos são reafirmados na exposição do Memorial HCI, principalmente pelo manequim “Lázaro” apresentado logo no início do circuito expográfico (FIGURA 1).



Fonte: MEDEIROS, Helena Thomassim (2017).

FIGURA 1 **Manequim Lázaro**

Jacques Le Goff (2005, p. 322) comenta que: “a doença e a deficiência física eram tidas por sinais exteriores do pecado, os que delas sofressem eram malditos para Deus, e, assim, malditos para os homens”. No período da Idade Média, a identificação da doença era feita pela população, que denunciava possíveis enfermos. O diagnóstico e os cuidados eram realizados pela Igreja, o que evidencia um mecanismo de controle social.

No contexto estudado, por exemplo, os pacientes hansenianos do HCI, não à toa, são colocados aos cuidados de um grupo de irmãs franciscanas, pois:

O ‘leproso’ é o ‘pobre de Cristo’ por excelência e cuidar de suas feridas é um ato digno. Mas também é a prova corporal do pecado: a corrupção da carne manifesta a da alma. Por isso o seu confinamento também é uma maneira de condená-lo por seus supostos erros, ou pelos pecados que todos cometeram e que só eles vão expiar (SAVASSI, 2010, p. 36).

Ainda na Idade Média, observam-se associações dessa doença à mulher e à sexualidade, considerando que, com a difícil distinção entre as doenças (sobretudo quanto às venéreas), o sexo era visto como uma forma de contágio. Talvez como um resquício dessa fantasia, em 1920, o Departamento Nacional de Saúde Pública criou a Inspeção da Profilaxia da Lepra e Doenças Venéreas. Desse modo, não

seria apenas coincidência que uma doença transmitida pelas vias áreas tenham sido colocada junto a outras transmitidas sexualmente. Juliane Serres (2004, p. 47, grifo da autora) comenta que:

Qualquer caso suspeito de Lepra devia ser *notificado*. A *notificação compulsória* cabia não apenas ao médico comunicar às autoridades sanitárias casos confirmados ou suspeitos, mas a qualquer pessoa que residisse ou convivesse com o *suspeito*. O não cumprimento deste dispositivo acarretaria multas, em dinheiro para as pessoas em geral, em dinheiro mais sanções para os médicos. O médico que infringisse o regulamento seria considerado 'suspeito' pelo DNSP, sendo que todos os doentes por ele visitados e óbitos por ele atestados seriam sujeitos à verificação por parte das autoridades sanitárias. Caso o 'infrator' fosse funcionário do DNSP, seria imediatamente demitido.

Mesmo sendo tratável de forma relativamente simples e há mais de 80 anos, a lepra ainda preocupa muitas pessoas e é associada a aspectos negativos. Termos como “leproso” ou “lazarento” — referindo-se a figura bíblica de Lázaro — ainda são utilizados como sinônimos de algo ruim, de uma pessoa que “deveria ser excluída” ou que se encontra em tal posição.



Fonte: MEDEIROS, Helena Thomassim (2017).

FIGURA 2
Quadro exposto no Memorial HCI

No Memorial HCI, a imagem do leproso, transmitida pela mitologia judaico-cristã, aparece simbolizada em vários elementos, como o manequim

(ver FIGURA 1), um quadro pintado por um dos idealizadores do espaço de memória (FIGURA 2) e em uma estátua de São Lázaro (FIGURA 3), colocada na entrada do Memorial.



Fonte: MEDEIROS, Helena Thomassim (2017).

FIGURA 3
Imagem de São Lázaro e uma bíblia no Memorial HCI

Ao mencionar os mitos que foram desenvolvidos ao redor dessa doença, sua associação à mitologia religiosa e ao uso de palavras ofensivas para designar pessoas com lepra, deve-se dar especial atenção à imagem de São Lázaro. Seu nome está presente na Bíblia em momentos distintos e narrativas diferentes, mas que trazem uma grande carga simbólica ainda perceptível ao abordar a hanseníase:

O nome deste santo católico, Lázaro, aparece em dois momentos na Bíblia, a primeira vez no Evangelho de São Lucas 16:19-31 e a segunda no Evangelho de São João 11:28-44. No primeiro é um homem pobre, repleto de feridas que tentava comer as sobras de um rico, enquanto os cachorros lhe lambiam. No segundo, é um amigo de Jesus Cristo ressuscitado por ele após quatro dias de sua morte.

A correta atribuição do santo seria ao segundo Lázaro, que foi ressuscitado. Contudo, em diversas imagens (...) ele é retratado com machucados, este fato e a relação com a pobreza fizeram com que fosse considerado, a partir da Idade Média, o padroeiro dos leprosos e mendigos. O cachorro ao seu lado é um símbolo de que ele não está só, a muleta é a fraqueza, as feridas representam a dor e o sofrimento, e a cor marrom de seu manto a humildade (MEDEIROS; SERRES; RIBEIRO, 2020, p. 66-67).

Percebe-se que dois personagens diferentes são sintetizados na figura de uma pessoa doente — possivelmente um leproso —, com aspectos simbólicos que remetem à enfermidade, à humildade e, de certa forma, ao renascimento. Essa ressurreição, tão importante para os preceitos cristãos, também é associada ao perdão dos pecados, à abdicação da vida mundana e, talvez, a um novo começo.

Assim, lepra não é apenas uma palavra, é uma ampla gama de imagens. Esse leprosário não é apenas um local, mas um símbolo tanto da exclusão quanto dos novos começos. O Memorial HCI não é só um local de preservação e exposição de uma história, é também parte de uma luta por reparação. Estão envolvidos no processo imagens, mitos e símbolos desse passado, e, talvez, presente, que remete à marginalização de pessoas, seu isolamento e possível esquecimento.

O portal

Entre outros símbolos do processo de segregação, pode-se destacar a própria estrutura de construção do Hospital. No local que separava doentes e sadios — simbolizando a entrada da zona em que moravam os hansenianos—, havia um pórtico, constituindo um forte elemento de representação desta exclusão. Segundo Savassi (2010), desde o ano 325, a Igreja Católica previa a necessidade da construção de hospitais destinados ao atendimento de pessoas diagnosticadas com a doença.

No Brasil, o período do Estado Novo, representou uma política que ampliou o combate à hanseníase e a segregação de seus portadores. Houve investimento em material publicitário que propagava o medo na população e estimulava as denúncias, além de reformas e da criação de novos leprosários. O Plano Nacional de Combate a Lepra, elaborado em 1935, previa “a construção, pela União de Leprosários, do tipo colônia agrícola; extensão e melhoramento dos já existentes; hospitalização de todos os pacientes de Lepra aberta ou mutilante, e de mendigos e indigentes” (MEDEIROS, 2019, p. 39). O prédio do HCI foi um dos últimos a ser construído no país, e sua estrutura se dividia em três zonas: sadia, intermediária e suja. Segundo Serres (2004, p. 124):

Na 'zona sadia' havia uma residência para o médico diretor, uma para o administrador, casas geminadas para os funcionários, uma usina geradora de eletricidade, garagem e moradia para motorista. Na 'zona intermediária' encontravam-se os prédios da administração, da padaria, a casa das Irmãs, o pavilhão de observações e a futura casa do capelão. Na 'zona suja' ficavam os 14 pavilhões 'Carville', as 11 casas geminadas, cozinha, refeitório, hospital com ambulatórios, enfermarias (mulheres e homens), lavanderia, capela, forno de incineração, necrotério, oficinas, cemitério. À entrada da 'zona suja' ficariam o *parlatório* e o expurgo. O Hospital ainda contaria com uma área rural.

Segundo Proença (2005, p. 71), a zona sadia também era chamada de "zona limpa", e proibia a entrada de pacientes. A área intermediária era restrita ao pessoal autorizado e, na suja, além dos pacientes, "também entravam alguns funcionários autorizados e as irmãs". Esses aspectos denotam elementos interessantes, como a hierarquia e o controle instituídos dentro do hospital. A própria denominação das zonas em "suja" e "limpa" já demonstra uma segregação que remete aos elementos bíblicos relacionados à hanseníase. O fato de os doentes não poderem frequentar outras zonas é compreensível, considerando o contato com a doença, mas sua zona não era só sua, e sim mediada pelas irmãs, o que evidencia mais um mecanismo de poder e dominação.

Era comum que fosse criado um portal ou pórtico (alguns dos quais são tombados) nos leprosários construídos no Brasil, e na Colônia de Itapuã não foi diferente. Havia o *parlatório*, local em que os doentes poderiam ver de longe os filhos — muitas vezes, nascido no próprio HCI — que haviam sido separados dos pais por não estarem doentes, além de conversar com outras pessoas sadias. Em 1950, foi erguido um pórtico que separava a zona "limpa" da "suja". Por meio de um concurso entre os pacientes/moradores, foi escolhido o seguinte dizer para constar nele: "Nós não caminhamos sós". Segundo Juliane Serres (2004, p. 178):

O 'lema' escrito à entrada do Hospital podia abrigar ao menos dois sentidos: aqueles doentes não viveriam sem ajuda, 'não caminhamos sós', ou a frase traduzia uma afirmação de que os doentes não estavam sós, contavam com a ajuda, do Estado, da Caridade, da Igreja, dos companheiros. De qualquer modo, o lema pretendia conferir um caráter mais humano ao isolamento, oferecer palavras de conforto não apenas aos internados, mas aos visitantes.

Aqui, acrescenta-se mais uma perspectiva, além das duas mencionadas pela autora, que é a percepção de continuidade nessa frase. O lema "Nós não caminhamos sós" também pode traduzir uma ideia de unidade, de uma percepção

mais ampla da vida, tanto pelo viés comunitário no qual esses pacientes viviam, quanto pela religiosidade imposta no processo de isolamento (FIGURA 4).



Fonte: MEDEIROS, Helena Thomassim (2017).

FIGURA 4
Pórtico de entrada na zona “suja” do HCI

Dessa maneira, o portal que separava o mundo dos internos do HCI representava não somente a entrada destas pessoas em um hospital, mas o começo para uma nova vida. Assim como nos rituais funerários para os leprosos da Idade Média, o pórtico de entrada na zona suja também se vinculava a um símbolo iniciático:

A morte iniciática no âmbito dos ritos e dos mitos, além de construir sempre uma passagem ontologicamente qualitativa para que o neófito aceda a um outro modo de ser (estatuto ontológico diferente), visa sua transformação numa criatura regenerada para iniciar uma nova vida (o simbolismo do retorno que lhe está subjacente tem sempre um valor cosmológico e mesmo cosmogônico) (ARAÚJO; ARAÚJO; RIBEIRO, 2012, p. 26).

A percepção do pórtico enquanto elemento simbólico de uma morte para um renascimento, coloca a vida antes do HCI como uma “provação” e este local enquanto o “além”, levando em consideração que:

a representação do ‘além’, simbolizando o Outro Mundo, é apenas uma imagem, entre outras, para significar que a entrada no domínio do ‘além’, como um lugar de difícil acesso, significa sempre uma proeza heroica que contribui para a renovação e o enriquecimento espirituais do herói em questão: transcende-se a condição humana para se estar mais próximo dos deuses, dos Seres divinos e

semidivinos que habitam o Céu (ARAÚJO; ARAÚJO; RIBEIRO, 2012, p. 27).

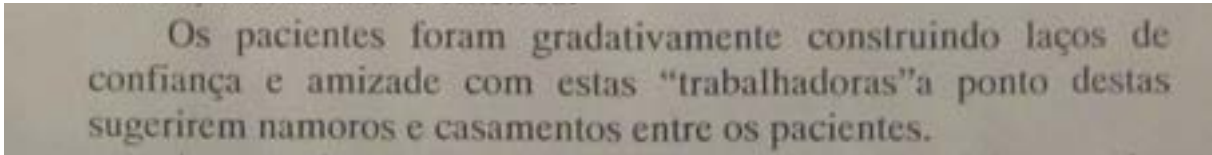
Ao analisar o pórtico sobre a perspectiva de um símbolo iniciático, pode-se retornar ao elemento “palavra”, em que se aponta o leproso como o “pobre de Cristo”. O que me levou a refletir: não seria essa busca por uma “nova vida”, também uma tentativa de justificar o isolamento e o controle imposto aos pacientes do HCI? Como se, seu internamento, fosse uma forma de conduzi-los a uma “salvação”.

Um elemento interessante sobre o controle exercido pelas irmãs, que representam a religião católica como um todo, está no texto de Proença (2005, p. 98). A autora fala sobre casamentos no HCI e, dando foco às pessoas que não eram católicas, comenta:

a construção da Igreja Protestante não modificou a prática da negação de outras religiões. O repúdio das Irmãs era expresso através da negação de concessões e direitos aos doentes de outros credos. Segundo o depoimento de um paciente protestante, já falecida, Dona Carolina: as Irmãs de tudo faziam para a conversão dos pacientes, seja um doente protestante ou de outra religião. Ela relatou que para se casar teve que se batizar na Igreja Católica – junto com o noivo, também luterano – pois as Irmãs não permitiam nenhum casamento na Colônia que não fosse realizado na sua Igreja.

381

O próprio Memorial HCI reforça esse discurso de que a Igreja buscava a “salvação” dos pacientes ao escolher, em sua narrativa, além de símbolos da imagem do leproso bíblico, diversos elementos voltados à felicidade dos doentes em entrar no HCI. Na FIGURA 5, apresenta-se um trecho do texto expositivo “As Irmãs Franciscanas”.



Os pacientes foram gradativamente construindo laços de confiança e amizade com estas “trabalhadoras” a ponto destas sugerirem namoros e casamentos entre os pacientes.

Fonte: MEDEIROS, Helena Thomassim (2015).

FIGURA 5
Trecho do texto “As Irmãs Franciscanas”

O termo “trabalhadoras” refere-se às irmãs e sua participação nos relacionamentos que surgiam no HCI. Sobre essa questão, Proença (2005, p. 118) também aponta que:

o estímulo dado ao casamento na instituição, pelas Irmãs e pela direção, implicava em aspectos como moralidade e disciplina. Não havia tolerância de namoros muito longos e, muito menos, que envolvesse algum contato físico. Para isso não ocorrer, o casamento legitimado foi à forma encontrada de moralizar as relações pessoais, além de institucionalizar os costumes que tinham antes de contrair doença.

Outro fragmento que corrobora com a análise de um discurso criado pode ser observado no texto expositivo “Nós não caminhamos sós”, que aborda a chegada dos pacientes do HCI de uma forma quase fantasiosa:

NÓS NÃO CAMINHAMOS SÓS

Quando os primeiros pacientes hansenianos foram levados para o Hospital Colônia Itapuã, chegaram à tardinha do dia (...) de maio de 1940. Cada um levava consigo a certeza do trauma que o segregou da sociedade, que o arrancou, que o sequestrou de sua família.

Do resto não sabia como seria, dali para frente. Não imagino como foi o trajeto de Porto Alegre até Itapuã, naquele tempo!!!!

Ao chegarem ao novo Hospital, depararam-se com prédios novos, que eles seriam os primeiros habitantes... Os quartos estavam arrumados, as camas prontas para repousarem, o ambiente decorado (...) A janta estava preparada para ‘confraternizar’. Foi uma bela refeição, preparada pelas Irmãs que estavam dispostas a dar-lhes um pouco de conforto físico, espiritual e social.

Eles sentiram que neste lugar não estavam totalmente abandonados. Sentiram que haviam pessoas dispostas a amenizar o sofrimento da descoberta da doença que afastava todo mundo de perto. Foi então que tiveram a ideia de registrar no pórtico de acesso à área do Hospital a frase ‘NÓS NÃO CAMINHAMOS SOS’.

E, durante dezenas de anos sentira-se amparados e confortados por todos aqueles que trabalharam junto a eles. Todos aqueles exerceram atividades no hospital, em todas as áreas, em todas as atividades, desde as mais nobres até as mais humildes, colaboraram para melhorar a vida dos que estiveram e aos que ainda permanecem internados. (HOSPITAL, 2019).

As tentativas de amenizar o passado — ou de elaborar uma narrativa mais “agradável” e “palatável” para os diversos grupos de visitantes — também reconstrói a imagem do local. Contudo, ele é realmente um ambiente dúbio, como uma mistura de prisão e lar. Para finalizar a discussão sobre o portal do HCI, serão abordadas algumas histórias de vida individuais apresentadas no Memorial, como a de Lori Kunzler, uma das primeiras pacientes do leprosário.

A paciente chegou aos 13 anos na instituição, vinda do Sanatório Partenon, onde, na época, funcionava o Hospital de Emergência de Leprosos. Aos oito anos, teve que deixar escola, possivelmente, por causa das despesas médicas, e a família

passou por um processo de marginalização: os comerciantes não queriam negociar com eles, além de serem proibidos de ir à Igreja; eventualmente, Lori chegou a ser apedrejada na rua. Seu pai teve que deixar a casa em 1935 para ser internado, enquanto ela e a mãe esperavam o Hospital de Emergência de Leprosos, que ficaria pronto em 1936. Ao serem internados, ela e os pais puderam voltar a frequentar a missa e andar nas ruas.

Aos 19 anos, ela ficou cega por causa de tratamentos incorretos, e com seu pai ocorreu o mesmo. Por esse motivo (e porque as casas geminadas eram destinadas aos casais), após a morte de sua mãe, Lori e o pai foram separados, vivendo em pavilhões diferentes. Contudo, nos limites do HCI, a jovem chegou a ser coroada Rainha da Primavera. Além disso, se casou e viveu até seus 85 anos. Serres (2009, p. 173-174, grifo da autora), ao falar sobre a paciente/moradora, comenta que:

procurou encontrar um lugar para si na Instituição, não como doentes. (...) ela, procurou sobreviver, foi boa filha, procurou desempenhar os papéis de gênero, casou, não foi mãe como gostaria, hoje desempenha um papel reconhecido, como a *guarda-memórias* do grupo.

Um dos melhores exemplos sobre o simbolismo do portal do HCI talvez seja este: a história de vida de Lori. O relato não é uma trajetória perfeita e cheia de alegrias, pois sua casa não era sua e suas escolhas foram limitadas. Contudo, não é possível negar que a passagem por esse pórtico também simbolizou sua “jornada do herói” e proporcionou alguma qualidade de vida a ela e seus familiares.

Sendo assim, segue-se ao último elemento proposto neste texto: a morte. Apesar das escolhas expográficas presentes no Memorial do HCI terem norteado este artigo, aqui é proposta uma imersão na própria ideia de patrimonialização e na perspectiva desse processo enquanto um “fim”, ou seja, sua “morte”.

A morte

Ao comentar sobre os regimes de imagens diurnas e noturnas, Pitta (1995, p. 05, grifo da autora) aponta que “dão resposta a questão fundamental do homem que é a sua *mortalidade*”. Dessa forma, a teoria do imaginário teria relação também com o tempo, o correr da vida e o que ela representa para a humanidade. Paul

Ricouer (1994), aponta que o passado e o futuro não existiriam. Segundo o autor, o que existe é nossa recordação de um momento, portando uma imagem dele. O futuro, por sua vez, representa aquilo que é idealizado ou esperado que ocorra, sendo o presente o único tempo real. Nesse raciocínio, compara-se a ideia de presentificar o passado à perspectiva de torná-lo acessível, compreendendo que uma das formas de realizar tal ação seria através de representações.

Na tentativa de “parar o tempo”, as civilizações construíram narrativas e símbolos com a finalidade de realizar uma ligação entre os diferentes tempos. O ser humano preserva o passado, buscando conservar resquícios daquilo que não existe mais. Possivelmente, essa ânsia de preservar relaciona-se ao temor da morte. Assim, um dos maiores símbolos dessa ideia de preservação seria o processo de patrimonialização e de musealização, sobretudo ao se considerar que:

originalmente, nas sociedades ocidentais, o patrimônio se associava ao aspecto econômico, da propriedade e seu estatuto jurídico, o mundo moderno conferiu-lhe a dimensão de um valor de memória coletiva. Ou seja, ultrapassando o sentido original de bens materiais que se transmitem às futuras gerações, a ideia moderna de patrimônio evoca a transmissão de valores espirituais, de um legado cultural de determinada coletividade ao futuro (JULIÃO, 2014, p. 175-176).

Inseridos nessa lógica, o Memorial HCI e o processo de patrimonialização do hospital como um todo são construídos pelo passado e realizam uma seleção sobre o que se preservará para o futuro. Todavia, há uma relação muito forte entre o patrimônio, a memória e a morte. Inúmeros são os casos de obras que só foram valorizadas após sua perda, artistas reconhecidos postumamente, monumentos tombados após quase serem destruídos, seja pelo tempo ou por pessoas.

O próprio tombamento da Igreja Evangélica do HCI parece ter relação com a percepção da perda eminente, tendo em vista o estado de conservação em que se encontrava em 2015. A imagem a seguir (FIGURA 6) retrata o hospital, que, desde 2018, proibiu fotografias e gravações nas visitas ao Memorial.



Fonte: MEDEIROS, Helena Thomassim (2015).

FIGURA 6
Interior da Igreja Evangélica tombada no HCI

Segundo Pitta (1995), para Gilbert Durand, existiriam duas intenções fundamentais que são base para a organização das imagens, seriam elas *imagens diurnas* (oposições, como o bem e o mal) e *imagens noturnas* (complementares). Dentro do segundo grupo, ousou dizer, estaria o conceito de patrimônio, uma vez que dá vida e mata, preserva e retira da dinâmica social. Por esse motivo, foi escolhido o elemento “morte” para abordar, de forma mais específica, a patrimonialização/musealização do HCI.

Mirce Eliade (1992), ao distinguir o tempo profano e sagrado, comenta que o primeiro se vincula ao cotidiano, ao tempo linear, passado, presente e futuro. Enquanto o segundo, o tempo sagrado, é reatualizado. Festas e celebrações permitiriam que a experimentação do tempo sagrado, saindo do tempo histórico, onde corremos o risco do esquecimento. Sendo assim, seria possível “parar” o tempo histórico por meio dos ritos que ligam o homem ao sagrado.

Dentro dessa perspectiva, ao patrimonializar ou musealizar um bem, se estaria retirando-o do “tempo profano” e colocando-o, enquanto símbolo da existência humana finita, no patamar de “sagrado”. A visita aos museus ou a valoração de algo por meio da alcunha de patrimônio se encarregariam da reatualização e reafirmação de sua importância para a memória e identidade das sociedades que representam.

A perspectiva que é discutida abordada aqui é que esse “tempo dos deuses” também poderia se relacionar à morte, pois a existência humana pressupõe um fim, e a patrimonialização/musealização, na ânsia de preservar, muitas vezes “mata a vida” e as dinâmicas do local. Por exemplo, ao observar um ferro de passar em uma exposição, é imaginável que a pessoa conheça o item. Sua importância, no entanto, pode se dar como um meio para o conhecimento de uma técnica — uma vez que, desse objeto, podemos extrair informações de como a ferramenta evoluiu, quais materiais eram utilizados, a sociedade da qual provém, entre outras —, porém, também pode representar a história das pessoas que interagiram com ele. Nesta segunda interface, identifico que reside o maior valor potencialmente agregados às materialidades.

Afinal, ao vermos um objeto não o valoramos apenas por seus aspectos visíveis, mas por sua relação com nosso presente. No caso do HCI, tais itens remetem às pessoas que foram excluídas da sociedade por uma doença milenar, que faz parte do imaginário de nossa cultura. Assim, descontextualizar essas histórias ou restringir seu acesso representa assumir determinados riscos de esquecimento.

Realizando visitas ao local desde 2015, pode-se observar mudanças em sua narrativa, bem como na sua organização. Por exemplo, as primeiras visitas contavam com uma caminhada no interior do hospital, na qual era possível fazer fotos dos prédios e entrar em contato com os pacientes. Recordo de um deles me relatar que gostava do HCI pois ali não lhe davam choques, ou seja, você, enquanto visitante, vivenciava, de certa forma, aquele passado.

Em 2018, esse trajeto foi bruscamente alterado. As visitas passaram a ser realizadas apenas no interior do prédio do Memorial e com o mínimo contato possível com os pacientes. A justificativa apresentada foi que o espaço de memória, organizado por funcionários, contaria tudo o que é necessário saber sobre o HCI e aqueles que lá viveram. Dessa forma, pode-se interpretar o Memorial como um fim em si, como a morte de uma dinâmica de visitas. Mais uma vez, um espaço de memória torna-se também um local de esquecimento.

Ao considerar que se está “matando” um patrimônio quando ao institucionalizá-lo — muitas vezes, seguindo uma visão que privilegia a preservação material em detrimento das dinâmicas sociais —, cria-se um passado sem ambiguidades. Pollack (1992) comenta sobre o “trabalho de enquadramento da

memória”, no qual é privilegiada uma perspectiva do passado em detrimento de outra, a fim de construir uma imagem hegemônica. Ao selecionar um bem e o elevá-lo à categoria de patrimônio, escolhe-se uma perspectiva, selecionando o que se deseja transpor ao “tempo sagrado”.

O tombamento da Igreja Evangélica (ver FIGURA 6) pode ser um bom meio de perceber os riscos que este trabalho de enquadramento da memória proporciona. Ao observar apenas as informações expostas no Memorial, é possível atribuir seu valor patrimonial ao fato da Igreja ter sido a última obra do arquiteto Alexander Josef Wiederspahn² (1878–1952), tendo em vista o texto expositivo apresentado anteriormente, que se refere à vida dessa personalidade, e as fotos ampliadas de outras obras arquitetônicas projetadas por ele (FIGURA 7).



Fonte: MEDEIROS, Helena Thomassim (2017).

FIGURA 7 **Espaço expositivo sobre a Igreja Evangélica**

Todavia, a Igreja Evangélica, além de todo o significado religioso, simboliza também a resistência dos internos protestantes que, mesmo sendo entregues aos cuidados de irmãs católicas, construíram esse local. Possivelmente, a obra foi feita pelos próprios pacientes, uma vez que está localizada na “zona suja”, local onde a entrada de outras pessoas não era permitida. Contudo, a única passagem no texto referente a esses moradores é esta apresentada na FIGURA 8.

Alquebrado, encerrou seus dias fazendo seus últimos projetos aos pés da cama da esposa doente, que exigia cuidados constantes. O mais comovente foi o da igreja do Leprosário de Itapuã, que foi construído pelos próprios hansenianos.

Fonte: Hospital Colônia Itapuã (2019).

FIGURA 8

Fragmento do texto expositivo “Theodor Alexander Josef Wiederspahn”

O Memorial HCI, ao “sacralizar” esse passado, busca construir uma imagem e, assim, mata as presentes dicotomias. Kossaifi (2006, doc. elet.), comenta que: *“l’oubli n’est pas seulement bienfaisant, il est proprement essentiel à l’homme, aussi inhérent à sa nature que la mort à la vie”*.³ Considerando essa citação, se para lembrar é preciso esquecer, para viver também é necessário ter a morte como companhia.

Dessa forma, o fim das visitas ao interior do HCI naquele momento, poderia ser visto como uma forma de preservar as rotinas daqueles que lá vivem, reconfigurando em uma espécie de isolamento. Contudo, o apagamento dessas pessoas, apesar de protegê-las, em alguns aspectos, também deixa lacunas. De certa forma, isso representa a dualidade de vida e morte, de lembrança e esquecimento.

Considerações finais

Se a patrimonialização e a musealização não podem parar o tempo — tendo em vista que esse é um processo com o qual não se dispõe de mecanismos totalmente eficazes para lidar, pois objetos se deterioram, festas se modificam, informações se perdem —, o que talvez seja possível é celebrar o tempo. Assim, pode-se rememorar através dos ritos, para que, por meio de sua atualização, esse passado possa se fazer presente. Sendo assim, o que patrimonialização e a musealização da história e das memórias do HCI pode proporcionar? Sobre essa perspectiva, retoma-se a questão da transformação do percurso narrativo do Memorial, entre os anos de 2015 e 2018, e da importância da mediação dentro do próprio percurso do museu.

No caso do Memorial HCI, todo o peso da vida das pessoas que viveram neste local recai sobre as escolhas presentes na exposição. Essa é uma carga excessiva, mas que deve sim ser percebida a fim de melhor representar tais vidas. Penso que, muitas pessoas interessadas em visitar tal local, assim como eu e minha família, possuem uma relação que não é apenas de interesse histórico, mas sim de se “redescobrir” a partir do passado. Por isso, apresentar informações sobre os pacientes de forma mais abrangente poderia ajudar a confortar aqueles que tiveram entes queridos retirados de suas vidas, seja pela doença, estigma ou tempo.

A palavra lepra, o portal entre o mundo dos sadios e doentes, a dicotomia entre lar e prisão e a morte simbólica desse passado (na tentativa de cristalizar uma narrativa sobre ele) são elementos complexos que busquei interpretar ao longo desses anos. Como mencionado anteriormente, sob o meu ponto de vista, o HCI está dentro de um regime de *imagens noturnas*. Sobretudo porque seus processos se complementam e se anulam, servindo como um excelente objeto de estudo para as mais diversas áreas.

Atualmente, o foco de minhas pesquisas não é o HCI ou o Memorial, mas este artigo é fruto dos estudos, análises e reflexões realizadas em minha graduação, mestrado e começo do doutorado. Em 2022, várias notícias circularam informando o esvaziamento do hospital, muitos dos pacientes foram realocados, e a instituição, antes sob a tutela do estado do Rio Grande do Sul, passou para a guarda do município de Viamão. A previsão é de que o espaço seja fechado, assim como tantos outros no país.

Nos últimos anos, a especulação imobiliária e os empreendimentos voltados para o turismo e lazer na região, foram gradativamente trazendo mais investimentos para a área que antes era isolada — motivo pelo qual foi escolhida para o leprosário na época de sua criação. Sabe-se que a cultura não costuma ser priorizada diante de conceitos como crescimento econômico e desenvolvimento. Portanto, registro, criação de documentação, pesquisas, reportagens, entrevistas, documentários e exposições podem tomar a dimensão de preservação ou, até mesmo, denuncia.

O que vai acontecer com o HCI é uma incógnita, todavia, seu simbolismo não pode ser esquecido. As vidas marcadas por essa história e que também deixaram seus registros não podem ser apagadas. Cabe à sociedade ditar o que permanece ou não, preservar e questionar os patrimônios, os discursos oficiais produzidos e as narrativas que tentam ser únicas.

A Igreja Evangélica do HCI é um bem patrimonializado em esfera estadual e havia processos para o tombamento de todo o complexo. Dentro de vertentes de estudo que fazem um apelo à uma concepção mais plural da historiografia, patrimonialização e museologia — que percebem a exclusão e o apagamento como mecanismos de dominação —, os leprosários e as memórias difíceis são importantes pontos a serem demarcados. Eles representam diferentes camadas da sociedade, histórias ainda não ouvidas, belezas ainda não vistas e dores ainda não sentidas. Deixo então meu apelo, além de um pouco do registro do que vivi lá dentro, na esperança de que esses restos de vidas tenham ainda a chance de permanecer, de tocar diferentes pessoas, despertar emoções sobre o passado e, mais do que isso, reflexões sobre o presente.

NOTAS

- ¹. O termo “hanseníase” vincula-se ao nome do médico norueguês Gehard Henrick Armauer Hansen (1841–1912), que descobriu o *Mycobacterium leprae* (ou bacilo de Hansen), organismo causador da doença.
- ². Arquiteto responsável por edificações como o Hotel Majestic, entre outros importantes prédios do Rio Grande do Sul, especialmente no centro histórico de Porto Alegre.
- ³. “O esquecimento não é apenas benéfico, é propriamente essencial ao homem, como inerente à sua natureza como a morte para a vida.” (KOSSAIFI, 2006, doc. eletr., Tradução nossa).

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Alberto F.; ARAÚJO, Joaquim M.; RIBEIRO, José A. Ritual Iniciático e formação do humano nas aventuras de Pinóquio. *In: As lições de Pinóquio, eu estou farto de ser sempre um boneco!* Curitiba: CRV, 2012, p. 19–26.
- BRASIL, *Lei nº 9.010*, de 29 de março de 1995. Dispõe sobre a terminologia oficial relativa à hanseníase e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 mar. 1995. Seção 1. p. 4509. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9010.htm.
- CASSIRER, Ernst. A linguagem e o mito: sua posição na cultura humana. *In: Linguagem e Mito*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992, p. 15–32.
- DURAND, Gilbert. *O imaginário: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem*. Tradução de René Eve Levié. 3. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2004.
- EIDT, Letícia M. Breve história da hanseníase: sua expansão do mundo para as Américas, o Brasil e o Rio Grande do Sul e sua trajetória na saúde pública brasileira. *Saúde e Sociedade*. v. 13, n. 2, p. 76–88, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902004000200008&script=sci_abstract&tlng=pt.

ELIADE, Mircea. Capítulo II – O tempo sagrado e os mitos. *In: O sagrado e o profano*. Tradução de Rogério Fernandes. São Paulo: M. Fontes, 1992, p. 38–58.

HOSPITAL COLÔNIA ITAPUÃ. *Direção de Ensino e Pesquisa do HCI*. Imagens e textos expositivos do Memorial HCI. Viamão, 2019.

JULIÃO, Letícia. Os museus e a preservação do patrimônio no Brasil. *In: MAGALHÃES, Aline M; BEZARRA, Rafael Z (org.). 90 anos do Museu Histórico Nacional em debate (1922–2012)*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2014, p. 173–186.

LE GOFF, Jacques. *A civilização do Ocidente medieval*. Tradução de José Rivair de Macedo. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

KOSSAIFI, Christine, L'oubli peut-il être bénéfique? L'exemple du mythe de Léthé: une fine intuition des Grecs. *Revista ¿Interrogations?*, n. 3, 2006. Disponível em: <http://www.revue-interrogations.org/L-oubli-peut-il-etre-benefique-L>.

MEDEIROS, Helena Thomassim; SERRES, Juliane Conceição Primon; RIBEIRO, Diego Lemos. Elementos de Religiosidade na Exposição do Memorial HCI: a lepra e o discurso da caridade cristã. *Revista Eletrônica Ventilando Acervos*, v. 8, n. 2, p. 58–75, 2020.

MEDEIROS, Helena Thomassim. *O que sobrou de nós: as escolhas expográficas do Memorial do Hospital Colônia Itapuã*. Pelotas, 2019. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Pelotas. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ppgmp/files/2019/08/O-que-Sobrou-de-N%C3%B3s-Disserta%C3%A7%C3%A3o-Helena-Thomassim-Medeiros.pdf>.

MÜLLER, Max. Über die Philosophie der Mythologie. *In: Introdução à Ciência da Religião Comparada*, 2. ed. Estrasburgo, 1876. *Apud: CASSIRER, Ernst. A linguagem e o mito: sua posição na cultura humana*. *In: Linguagem e mito*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992, p. 15–32.

PITTA, Danielle Perin R. *Iniciação à teoria do imaginário de Gilbert Durand*. Recife. UFPE, 1995, p. 1–11.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, p. 200–212, 1992.

PROENÇA, Fernanda Barrinuevo. *Os escolhidos de São Francisco: a aliança entre Estado e Igreja para a profilaxia da lepra na criação e no cotidiano do Hospital Colônia Itapuã (1930–1940)*. Porto Alegre, 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

RICOEUR, Paul. As aporias da experiência do tempo: o livro XI das confissões de Santo Agostinho. *In: Tempo e Narrativa (Tomo I)*. Tradução de Constança M. Cesar. Campinas: Papirus, 1994, p. 19–54.

SAVASSI, Leonardo Cançado M. *Hanseníase: políticas públicas e qualidade de vida de pacientes e seus cuidadores*. Belo Horizonte, 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Centro de Pesquisas René Rachou.

SERRES, Juliane Conceição Primon. “*Não Caminhamos Sós*”: Hospital Colônia Itapuã e o Combate à Lepra no Rio Grande do Sul (1920–1950). Vale do Rio dos Sinos, 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

SERRES, Juliane Conceição Primon. *Memórias do isolamento: trajetórias marcadas pela experiência de vida no Hospital Colônia Itapuã*. Vale do Rio dos Sinos, 2009. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Helena Thomassim Medeiros é Doutoranda e Mestra em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Graduada em Museologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Como citar:

MEDEIROS, Helena Thomassim. A palavra, o portal e a morte: Hospital Colônia Itapuã e os símbolos do isolamento. *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 19, n. 1, p. 370-392, jan./jun. 2023. Disponível em: pem.assis.unesp.br.